



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Secretaria dos Recursos Hídricos

**CONTRATO Nº 04/SRH/CE/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS – SRH/CE E A EMPRESA CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES EIRELI, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.**

A **SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS – SRH**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.821.253/0001-42, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/nº - Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, Térreo – Edifício SRH/SEINFRA, Cep: 60.819-900, Cambéba, denominada de **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Secretário, Dr. **FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado nesta capital, RG nº 2006010434305 SSPDS/CE, CPF nº 203.948.453-15 e a **CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES EIRELI**, com endereço à Rua Desembargador Waldemar Alves Pereira, nº 515, Bairro Engenheiro Luciano Cavalcante, CEP nº 60.810-700, em Fortaleza – CE, inscrita no CNPJ sob o nº 07.468.050/0001-47, neste ato representada, através de procuração, por **MARINALVA LIMA PEREIRA**, brasileira, casada, Gerente Comercial e Administrativa, RG nº 200210249637 SSP/CE, CPF nº 367.200.383-20, residente e domiciliada nesta capital, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Contrato, em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, na proposta da **CONTRATADA**, tudo fazendo parte deste Contrato, independente de transcrição e mediante as Cláusulas e condições a seguir:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTAÇÃO**

1.1. O presente contrato tem como fundamento o edital do **Pregão Eletrônico nº 20190001** e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA**

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do **Pregão Eletrônico nº 20190001** e seus anexos, e à proposta da **CONTRATADA**, os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO**

3.1. Contratação de empresa na prestação de **SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA, CUJOS EMPREGADOS SEJAM REGIDOS PELA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS (CLT), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ÁREAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO, MOTORISTA, MOTOQUEIRO E INFORMÁTICA DA SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS**, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E DO REGIME DE EXECUÇÃO**

4.1. Os serviços, objeto deste contrato serão realizados nas dependências da **CONTRATANTE**, sito a Avenida Afonso Albuquerque Lima s/n Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, ed. SRH/SEINFRA, térreo/Cambéba, em Fortaleza – Ceará, CEP: 60.822-325.

4.2. O objeto será executado na forma de execução indireta sob o regime Empreitada por Preço Global.



4.3. O valor contratual global importa na quantia de até **R\$ 2.680.383,12** (dois milhões seiscentos e oitenta mil trezentos e oitenta e três reais e doze centavos).

#### CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DA REPACTUAÇÃO

5.1. Será admitida a repactuação dos preços dos serviços com base nos acordos ou convenções coletiva de trabalho limitando-se ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, a contar da data do orçamento a que a proposta se referir, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano e demonstrada a variação dos componentes dos custos efetivamente ocorridos e comprovados.

5.1.1. Observado os termos da Resolução 07/2020 do COGERF/CE, que circulou no DOE do dia 03 de abril de 2020, não haverá, no exercício de 2020, repactuação dos valores praticados neste contrato, em razão do Estado de Calamidade Pública reconhecido nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, por conta da pandemia do novo Coronavírus.

5.2. Não poderão ser repassados aos custos do contrato os reajustes salariais espontâneos ou aqueles decorrentes de acordos coletivos de trabalho ou convenções coletivas realizadas fora da data base da categoria.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado até 07 (sete) dias úteis, contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, exclusivamente do Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241, de 06 de dezembro de 2012.

6.1.1. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções. Neste caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.2. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA antes da execução do objeto; se o objeto não estiver de acordo com as especificações do Anexo I – Termo de Referência do edital Pregão Eletrônico nº20190001-SRH, bem como no caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3. O percentual de provisionamento previsto no Grupo B da tabela de encargos sociais será devido no primeiro ano do contrato, no percentual máximo de 2,45% (dois vírgula quarenta e cinco por cento), sendo este reduzido, no caso de prorrogação para 1/10 do percentual da proposta definitiva, nos termos da Lei 12.506/2011.

6.4. Para fazer jus ao pagamento do adicional de insalubridade ou periculosidade, a contratada deverá realizar, às suas expensas, e apresentar à contratante, no prazo de 60 (sessenta) dias contatos a partir da vigência do contrato, laudo pericial comprovando a caracterização e a classificação das atividades, em consonância com o artigo 195 da Consolidação das Leis Trabalhistas-CLT, podendo ser objeto de repactuação do contrato, para exclusão ou redução da respectiva rubrica, caso seja constatada a sua não incidência.

6.5. Em caso do não pagamento de salário, de contribuições previdenciárias, do FGTS, e ainda, das verbas rescisórias devidas a mão de obra empregada na execução do contrato, a contratante fica autorizada a proceder à retenção de valores a que porventura faça jus a contratada, até o limite da inadimplência.

6.6. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

6.6.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = encargos moratórios devidos; N = número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento; I = índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = valor da prestação em atraso.



6.7. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

6.7.1. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão negativa de Débitos Estaduais; Certidão Negativa de Débitos Municipais; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

6.8. Da documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

6.9. Caso ocorra erro na emissão da fatura ou outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, a contratada deverá substituí-la no devido prazo para que o pagamento seja contado a partir da data de apresentação da nova fatura.

6.10. As faturas deverão ser entregues a Secretaria dos Recursos Hídricos, sob protocolo, acompanhadas de cópia que comprovem a quitação das seguintes obrigações patronais referente ao mês da prestação dos serviços faturados;

6.11. Da última parcela do contrato, será retido o valor mensal para assegurar aos empregados da empresa o pagamento das rescisões contratuais e demais obrigações sociais e trabalhistas dos mesmos.

6.12. O pagamento da última parcela será efetuada após a comprovação da quitação das obrigações da empresa com seus empregados que prestam serviços à SRH.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

7.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos do Tesouro Estadual, com a seguinte classificação orçamentária: 29100003.18.126.211.20852.03.33903700.1.00.00.0.20-7732.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

8.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir do recebimento da ordem de serviço, podendo ser prorrogado nos termos do que dispõe o art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, por ser considerado pela CONTRATANTE, serviço de natureza contínua.

8.1.1. A publicação resumida do instrumento deste contrato dar-se-á na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

9.1. A garantia prestada, de acordo com o estipulado no edital, será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º, do art. 56, da Lei Federal nº 8.666/1993. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições inicialmente estabelecidas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. Executar o objeto em conformidade com as condições contratuais.

10.2. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

10.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros,





decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato da CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhar a execução do contrato.

10.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado para execução do contrato.

10.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.7. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da CONTRATANTE.

10.8. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no Título II, Capítulo V, da CLT, e demais normas do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e a medicina do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.

10.9. Apresentar mensalmente junto à CONTRATANTE no prazo máximo de cinco dias úteis subsequentes ao término dos serviços prestados, as folhas de pagamento e as guias de recolhimento dos encargos sociais exigidos em legislação vigente, em que se comprove a inclusão de empregados utilizados nos serviços contratados, os quais não terão, em tempo algum, durante o período contratual, nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE ou com o Governo do Estado do Ceará, sendo também de responsabilidade da CONTRATADA, o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, (FGTS, PIS, EMOLUMENTOS, SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO e outros previstos em lei), ficando excluída qualquer solidariedade da CONTRATANTE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da CONTRATADA com referência às suas obrigações não se transfere a CONTRATANTE. Em nenhuma hipótese, e sob qualquer pretexto, poderá a CONTRATADA vincular pagamentos de sua responsabilidade, inclusive os devidos a seus empregados, aos pagamentos a ela devidos pela CONTRATANTE.

10.10. Apresentar a CONTRATANTE, previamente, a escala de férias dos empregados que estiverem à disposição da CONTRATANTE, bem como fazer caso seja solicitado pela SRH, suas reposições com as mesmas características profissionais daqueles beneficiados por férias ou licenças.

10.11. Instalar, em prazo máximo de 60 (sessenta) dias, escritório em local (cidade/município), previamente definido pela Administração.

10.12. Destinar a vaga destinada ao cumprimento da Lei 15.854/2015, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 32.042/2016, observando a disponibilidade de vaga(s) para todas as categorias constantes no item 4 do Anexo I – Termo de Referência.

10.13. Encaminhar mensalmente, respectivamente, à CISPE/SAP e à SPS, a folha de frequência dos presos e egressos e/ou jovens do sistema socioeducativo contemplados com a reserva de vagas.

10.14. Encaminhar mensalmente, à SRH, a folha de frequência dos presos e egressos e/ou jovens do sistema socioeducativo contemplados pela reserva de vagas.

10.15. Arcar com a responsabilidade na ocorrência de acidentes de que possam ser vítimas seus empregados, em razão de imprudência, imperícia ou negligência, bem como danos causados a terceiros, no desempenho de suas atribuições.



10.16. Utilizar, exclusivamente, empregados seus, assumindo total responsabilidade pelos encargos administrativos, tais como: controle de frequência, ausências permitidas, licenças autorizadas, promoções, férias, punições, admissões, demissões, transferências, como também por todas as obrigações trabalhistas fiscais e previdenciárias, inclusive a responsabilidade decorrente em caso de acidentes, indenizações e seguros vedado a materialização dos serviços.

10.17. Manter preposto da empresa, a título de supervisor, não incluído nos serviços contratados para acompanhamento da execução do contrato, de todas as obrigações previstas para manter o contrato direto com a administração dos serviços.

10.18. Fornecer o fardamento, no mínimo 02 (dois) por funcionário, utilizado na prestação dos serviços até o final da primeira quinzena do início do contrato e novo conjunto de fardamento a cada 06 (seis) meses.

10.19. Fornecer, até o primeiro faturamento, o número das contas correntes bancárias de todos os empregados que prestam serviço a SRH;

10.20. Cumprir as determinações da Secretaria dos Recursos Hídricos em relação a uma política de segurança.

10.21. Mensalmente, a contratada deverá entregar à Célula Administrativa – CEADM as rescisões dos contratos do mês anterior ao faturamento, apresentadas em documentos originais ou cópias autenticadas.

10.22. Fornecer mensalmente a quantidade de vales – alimentação e vale-transporte (caso solicitado pelo CONTRATANTE), que corresponderão aos dias úteis laborados do mês civil, conforme planilha e memória de cálculo, estipulando a quantidade máxima a ser paga na planilha, conforme valores determinados na convenção coletiva (Vale-alimentação) de trabalho e decreto Municipal (Vale-transporte);

10.23. Repassar as diárias referentes ao deslocamento aos funcionários da empresa em até 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação e mediante autorização através de ofício da Coordenadoria Administrativo-Financeira – COAFI ou Célula Administrativa – CEADM / setor contratos devidamente entregues à empresa.

10.24. Os vales-alimentação e vales-transportes (caso solicitados pela CONTRATANTE), devem ser repassados aos empregados que prestam serviço à contratante, até o 1º dia útil do mês.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de ordem de serviço.

11.2. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.

11.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.

11.4. Notificar a CONTRATADA, de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

11.5. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste contrato.

11.6. Determinar o horário da realização dos serviços podendo ser variável em cada local e passível de alteração, conforme conveniência da CONTRATANTE com observância das leis trabalhistas.

11.7. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

11.8. Solicitar que a CONTRATADA realize treinamento específico a fim de atender interesse exclusivo da Administração, permanecendo a responsabilidade primária da CONTRATADA em





manter a especialização e qualidade dos serviços licitados.

11.9. Reembolsar a CONTRATADA os valores decorrentes de pagamento de diárias, devidamente comprovados, em caso de indispensável deslocamento de funcionário da CONTRATADA a serviço em outra localidade diferente da sua lotação, na forma e condições estabelecidas na legislação pertinente e no valor estabelecido na Convenção/Dissídios coletivos de trabalho da categoria profissional respectiva. Nos deslocamentos para fora do Estado será paga, além das diárias, a passagem aérea classe econômica, observando-se o disposto no art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.10. Reembolsar à CONTRATADA os valores de despesas, devidamente comprovadas, decorrentes de pagamento de horas extras, quando for o caso.

11.11. Indicar os locais onde serão prestados os serviços.

11.12. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assinados pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

11.13. Promover, por seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando a contratada as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas.

11.14. Exigir da contratada, a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO**

12.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada, por um representante da Célula Administrativa – CEADM, especialmente designado para este fim pela contratante, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993, doravante denominado simplesmente de GESTOR.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações, a CONTRATADA estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às seguintes penalidades:

##### **13.1.1. Multas, estipuladas na forma a seguir:**

- a) Multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia.
- b) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- c) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior.
- d) Multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 0,3% (três décimos por cento) em caso de reincidência.
- e) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela CONTRATANTE.

13.1.2. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo, então descredenciada no cadastro de fornecedores da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

13.2. Se não for possível o pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, a



CONTRATADA recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

13.3. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

14.1. A contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando a influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “prática obstrutiva”:

(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nesta cláusula;

(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

14.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

14.3. Considerando os propósitos dos itens acima, a contratada deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

14.4. A contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

15.1. A inexecução total ou parcial deste contrato e a ocorrência de quaisquer dos motivos constantes no art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993 será causa para sua rescisão, na forma do art. 79, com as consequências previstas no art. 80, do mesmo diploma legal.

15.2. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pela CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso XII, do art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993, sem que caiba à CONTRATADA direito à indenização de

qualquer espécie.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro do município de Fortaleza do Estado do Ceará para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Fortaleza, 30 de outubro de 2020.

  
**FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA**  
SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS

  
**MARINALVA LIMA PEREIRA**  
CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES EIRELI

#### TESTEMUNHAS:

Nome: Idy de Almeida

RG: 91015054652

CPF: 79870080300

Nome: Patricia Barreto

RG: 95024016191

CPF: 78109512349



partes acima descritas, datado de 05 de abril de 2019. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 12, da Lei Complementar Estadual nº 169, de 27 de dezembro de 2016, publicada no DOE-CE de 28.12.2016 e Processo Administrativo nº 05311823/2019. FORO: Comarca de Fortaleza, Capital do estado do Ceará. SIGNATÁRIO: LUIZ RAMOM TEIXEIRA CARVALHO, Superintendente/SEAS e ANTONIO MARCOS LIMA DA SILVA, Socioeducador, matrícula nº 3002089-8. Fortaleza, 26 de outubro de 2020.

Luiz Ramom Teixeira Carvalho  
SUPERINTENDENTE

Registre-se e publique-se.

#### SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS

**PORTARIA Nº1349/2020 - O COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO DA SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 105/2019, datada de 23 de janeiro de 2019, publicada no D.O.E., de 29 de janeiro de 2019, **RESOLVE AUTORIZAR**, o servidor **RÔMULO SABOYA RIBEIRO**, ocupante do cargo de Engenheiro Civil/Orientador de Célula DNS-3, matrícula nº 124907-1-2, deste Órgão, a viajar às cidades de Jaguaratama e Alto Santo, no período de 15 a 16/10/2020, a fim realizar acompanhamento técnico na manutenção e/ou monitoramento ambiental dos sistemas de dessalinização do Programa Água Doce, concedendo-lhe 1½ (uma diária e meia) no valor unitário de R\$ 77,10 (setenta e sete reais e dez centavos), totalizando R\$ 115,65 (cento e quinze reais e sessenta e cinco centavos), de acordo com o artigo 3º; alínea "b", § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10, classe III do anexo I do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária do PROGRAMA ÁGUA DOCE / MMA - Otimização e Gestão de Sistemas de Dessalinização e Instalação ou Revitalização de Pequenos Sistemas Simplificados de Abastecimento D'água em Comunidades Rurais das dotações orçamentárias 29100005.17.544.732.10661.03.44901400.1.00.00.0.40-15896 e 29100005.17.544.732.10661.03.44901400.2.82.82.1.40-15895. SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS, em Fortaleza, 09 de outubro de 2020.

Francisca Isabel Vieira Carvahêdo  
COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Registre-se e publique-se.

\*\*\*\*\*

**PORTARIA Nº1351/2020 - O COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO DA SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 105/2019, datada de 23 de janeiro de 2019, publicada no D.O.E., de 29 de janeiro de 2019, **RESOLVE AUTORIZAR**, o servidor **NORBERTO AGUIAR MONTEZUMA DE CARVALHO**, ocupante do cargo de Engenheiro Civil/Orientador de Célula DNS-3, matrícula nº 300045-2-3, deste Órgão, a viajar para a cidade de Ibaratama, no período de 22 a 23/10/2020, a fim de supervisionar a manutenção dos Sistemas de Dessalinização do Programa Água Doce no Município, concedendo-lhe 1½ (uma diária e meia), no valor unitário de R\$ 77,10 (setenta e sete reais e dez centavos), perfazendo um total de R\$ 115,65 (cento e quinze reais e sessenta e cinco centavos), de acordo com o artigo 3º; alínea "b", § 1º e 3º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; arts. 6º, 8º e 10, classe III do anexo I do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta do PROGRAMA ÁGUA DOCE / MMA - Otimização e Gestão de Sistemas de Dessalinização e Instalação ou Revitalização de Pequenos Sistemas Simplificados de Abastecimento D'água em Comunidades Rurais das dotações orçamentárias 29100005.17.544.732.10661.03.44901400.1.00.00.0.40-15896 e 29100005.17.544.732.10661.03.44901400.2.82.82.1.40-15895. SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS, em Fortaleza, 19 de outubro de 2020.

Francisca Isabel Vieira Carvahêdo

COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Registre-se e publique-se.

\*\*\*\*\*

#### EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº06/SRH/CE/2013

I - ESPÉCIE: DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/SRH/CE/2013; II - CONTRATANTE: SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS - SRH, inscrita no CNPJ sob o nº 11.821.253/0001-42; III - ENDEREÇO: Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/nº - Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, Térreo - Edifício SRH/SEINFRA, Cep: 60.819-900, Cambeba; IV - CONTRATADA: CONSÓRCIO ÁGUAS DO CEARÁ, CNPJ nº 18.285.568/0001-61; V - ENDEREÇO: Rua Paes Leme, nº 524, 8º andar, Pinheiros, São Paulo-SP; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Fundamenta-se este instrumento na solicitação do Consórcio contratado, na análise técnica da SOHIDRA no parecer jurídico, na autorização do Sr. Secretário dos Recursos Hídricos, no art. 57, §1º, II e §2º da Lei nº 8.666/93, e nos demais elementos consubstanciados nos autos do processo nº 06654149/2020; VII - FORO: Fortaleza - CE; VIII - OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação dos prazos de execução e vigência do Contrato nº 06/SRH/CE/2013, cujo objeto é a EXECUÇÃO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DO 1º TRECHO JATI / RIO CARIÚS DO PROJETO DO CINTURÃO DE ÁGUAS DO CEARÁ - CAC - LOTE 1; IX - VALOR GLOBAL: Sem repercussão financeira; X - DA VIGÊNCIA: Por força deste Termo Aditivo, fica prorrogado, por mais 180 (cento e oitenta) dias, o prazo de execução, até o dia 25 de março de 2021. O contrato terá sua vigência prorrogada até 25 de junho de 2021. A garantia de execução apresentada antes da assinatura do aditivo corresponde ao prazo prorrogado, acrescida de 90 (noventa) dias, nos termos das Cláusulas 9.2.1 e 9.2.1.1 do Edital; XI - DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato primitivo; XII - DATA: 04 de novembro de 2020; XIII - SIGNATÁRIOS: FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA, SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS, YURI CASTRO DE OLIVEIRA, SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRÁULICAS, PAULO SAID BITTAR, PASSARELLI ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, MARIA ELIANE

NOGUEIRA BORGES, PB CONSTRUÇÕES LTDA e THADEU LUCIANO MARCONDES PENIDO, SERVENG CIVILSAN S/A - EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA.

Ricardo Veras Paz  
COORDENADOR JURÍDICO

\*\*\*\*\*

#### EXTRATO DO ADITIVO DE CONVÊNIO Nº06/SRH/CE/2014

I - ESPÉCIE: DÉCIMO QUARTO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 06/SRH/CE/2014; II - OBJETO: O presente Termo Aditivo tem como objetivo prorrogar o prazo de vigência e readequar o plano de trabalho do Convênio nº 06/SRH/CE/2014, que tem como objeto a Implementação das Obras do Sistema de Abastecimento D'água na Comunidade Dom Quintino, no Município de Crato-CE, com estrita observância das condições inseridas no referido instrumento. Fica prorrogada a vigência do instrumento por mais 60 (sessenta) dias, passando o termo da vigência de 16 de novembro de 2020 para 15 de janeiro de 2021; III - VALOR GLOBAL: R\$ 945.896,82 (novecentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e noventa e seis reais e oitenta e dois centavos); IV - DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas do Convênio nº 06/SRH/CE/2014 não modificadas pelo presente instrumento são ratificadas, permanecendo em vigor; V - DATA E ASSINANTES: 04 DE NOVEMBRO DE 2020, POR FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA, Secretária dos Recursos Hídricos - SRH e JOSÉ AILTON DE SOUSA BRASIL, Prefeitura Municipal de Crato - CE.

Ricardo Veras Paz  
COORDENADOR JURÍDICO

\*\*\*\*\*

#### EXTRATO DE CONTRATO

##### Nº DO DOCUMENTO 04/SRH/CE/2020

CONTRATANTE: SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS - SRH, inscrita no CNPJ sob o nº 11.821.253/0001-42 CONTRATADA: CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 07.468.050/0001-47. OBJETO: Contratação de empresa na prestação de SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA, CUJOS EMPREGADOS SEJAM REGIDOS PELA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS (CLT), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ÁREAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO, MOTORISTA, MOTOQUEIRO E INFORMÁTICA DA SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I - Termo de Referência do edital. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico nº 20190001 e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto FORO: Fortaleza-CE. VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir do recebimento da ordem de serviço, podendo ser prorrogado nos termos do que dispõe o art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, por ser considerado pela CONTRATANTE, serviço de natureza contínua. VALOR GLOBAL: R\$ 2.680.383,12 (dois milhões seiscentos e oitenta mil trezentos e oitenta e três reais e doze centavos) pagos em recursos do Tesouro Estadual DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 29100003.18.126.211.20852.03.33903700.1.00.00.0.20-7732. DATA DA ASSINATURA: 30 de outubro de 2020 SIGNATÁRIOS: FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA, SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS e MARINALVA LIMA PEREIRA, CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES EIRELI

Ricardo Veras Paz  
COORDENADOR JURÍDICO

\*\*\*\*\*

#### EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO

##### Nº06/SRH/CE/2020

CONTRATANTE: SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS - SRH, inscrita no CNPJ sob o nº 11.821.253/0001-42 CONTRATADO: CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 07.468.050/0001-47 OBJETO: Constitui objeto deste Contrato prestação de serviços de mão de obra terceirizada, cujos empregados sejam regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), nas atividades desenvolvidas, em áreas diversas da Secretaria dos Recursos Hídricos. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente rescisão fundamenta-se no art. 79, inciso II e § 1º, da Lei nº 8666/93, em conformidade com as justificativas constantes no processo nº 08592728/2020. DATA DA ASSINATURA: 30 de outubro de 2020 FORO: Fortaleza-CE SIGNATÁRIO: FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA, SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS e MARINALVA LIMA PEREIRA, CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES EIRELI SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS, 04 de novembro de 2020.

Ricardo Veras Paz  
COORDENADOR DA ASIUR

#### SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRÁULICAS

**PORTARIA Nº072/2020 - O SUPERINTENDENTE DA SOHIDRA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78 combinado com o art. 120 da Lei nº 9.809, de 18 de dezembro de 1973, **RESOLVE AUTORIZAR**, nos termos do inciso I do art. 123, da citada Lei, a entrega mediante SUPRIMENTO DE FUNDOS, ao servidor **ERNANI BRAGA DE OLIVEIRA**, ocupante do cargo de Operador de Perfuratriz Grupo Ocupacional ADO referência 24 matrícula nº 790073-1-5; lotado nesta Autarquia, a importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), à conta da Dotação classificada na Nota de Empenho nº 591. A aplicação dos recursos a que se refere esta autorização não poderá





CENTRAL DE LICITAÇÕES DO ESTADO DO CEARÁ  
A SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20190001/RSR  
PROCESSO Nº 03662556/2019  
UASG541001  
NÚMERO COMPASNET: 04722020

## PLANILHA DE PREÇOS E COMPOSIÇÃO DE CUSTOS - ITEM I

CATEGORIAS	CBO	CH	QTD	SB	PERICUL.	ENC. SOC.	MONT. A	V. A.	CESTA BÁSICA	V. T.	PLANO DE SAÚDE	FAVDA	TX ADM	TRIB.	MONT. B	A+B	TOTAL X QTD
AUX DE SERVIÇOS GERAIS	5143-20	40	7	1.045,00			1.732,57	435,60	75,00	95,70	35,89	10,00	-35,05	337,68	954,82	2.707,39	18.951,73
MOTOQUEIRO	5191-10	40	1	1.095,93	338,78		2.389,38	435,60	85,49	92,64	35,89	10,00	-47,79	427,67	1.039,50	3.428,88	3.428,88
MOTORISTA DE VEIC. DE L ATÉ 9 LUGARES	7823-405	40	9	1.106,32			749,09	409,46	89,69	92,02	34,72	10,00	-37,11	349,72	948,50	2.803,91	25.235,19
AUXILIAR ADMINISTRATIVO II	4110-05	40	5	1.341,91			908,61	435,60	75,00	77,89	35,89		-45,01	403,26	982,63	3.233,15	16.165,75
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I	4110-10	40	7	2.789,44			1.888,73	435,60	75,00		35,89		-93,56	731,18	1.184,11	5.862,28	41.035,96
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II	4110-10	40	1	3.310,83			2.241,76	435,60	75,00		35,89		-111,05	853,29	1.288,73	6.841,32	6.841,32
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO III	4110-10	40	5	3.649,55			2.471,11	435,60	75,00		35,89		-122,41	932,63	1.356,71	7.477,37	37.386,85
ASSISTENTE TECNICO I	4110-10	40	1	4.266,74			2.889,01	435,60	75,00		35,89		-143,12	1.077,17	1.480,54	8.636,29	8.636,29
ASSISTENTE TECNICO II	4110-10	40	2	4.743,45			3.211,79	435,60	75,00		35,89		-159,10	1.188,82	1.576,21	9.531,45	19.062,90
PROGRAMADOR PLENO	3171-10	40	2	4.532,21			3.068,76	435,60	75,00		35,89		-152,02	1.139,35	1.533,82	9.194,79	18.269,58
ANALISTA DE SISTEMAS/SUPOORTE II	2124-05	40	1	6.983,71			4.728,67	435,60	75,00		35,89		-234,25	1.713,51	2.025,75	13.738,13	13.738,13
41																	
Valor Mensal	R\$			223.365,26													R\$ 208.752,58
Valor Global P/12 Meses	R\$			2.680.383,12													R\$ 24.612,68

Provisionamento Mensal 7%

Valor Total Mensal

(Dois milhões, seiscentos e oitenta mil, trezentos e oitenta e cinco reais e doze centavos).

TRIBUTOS		
FORTALEZA		
Item	Discriminação	Perf. (%)
1	COPINS	7,60%
2	PIS	1,65%
3	IR (FORTALEZA)	5,00%
Total de Tributos		14,25%

ENCARGOS SOCIAIS		
Grupo "A"	20,00%	
Presidência Social	8,00%	
FUTS	2,50%	
Sistema Edificação	1,50%	
SESI / SESC	1,00%	
SENAR / SENAC	0,20%	
INCLIA	0,20%	
Risco Ambiental do Trabalho (RAT X FAP)	1,96%	
SEBRAE	0,60%	
TOTAL DO GRUPO "A"	35,70%	
Grupo "B"		
Ativo Previdenciário	1,60%	
Beneficiário de FUS sobre o Anulo Direito Indenizado	0,10%	
Beneficiário de FUS sobre o Anulo Direito Indenizado	0,07%	
Ativo Previdenciário	0,30%	
Beneficiário de Grupo A sobre o Anulo Direito Indenizado	0,14%	
Beneficiário de FUS sobre o Anulo Direito Indenizado	0,02%	
TOTAL DO GRUPO "B"	2,43%	
Grupo "C"		
Férias	8,33%	
Auxílio em Legitimidade	2,25%	
Auxílio em Limpeza Permeabilidade	0,02%	
Auxílio em Assistência de Trabalho	0,04%	
Auxílio em Alimentação Mensalidade	0,03%	
Beneficiário de Grupo "A" sobre o Grupo "C"	2,80%	
TOTAL DO GRUPO "C"	14,44%	
Grupo "D"		
13º Salário	8,33%	
Adicional de Férias (1/3 do Férias)	2,70%	
Beneficiário de Grupo "A" sobre o Grupo "D"	3,07%	
TOTAL DO GRUPO "D"	14,04%	
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS	67,71%	

CERTA - SERV. EMP. REP. EIRELI  
Mannalva Lima Pereira  
Gerente Comercial

Fortaleza, 08 de setembro de 2020